



PÁGINA DA EDUCAÇÃO

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná • Av. Iguçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3026-9822 / Fax: (41) 3222-5261 • Site: www.appindicato.org.br
 • Presidente: Hermes Silva Leão • Secretário de Comunicação: Luiz Fernando Rodrigues • Secretário Executivo de Comunicação: Claudinei Pereira • Jornalistas: Fabiane Lourencetti Burmester (4305-PR), Gelinton Batista (8027-PR) e Uanilla Pivetta (8071-PR). Diagramador: Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) • Técnica em atendimento (fale conosco): Valdirene de Souza • Monitor de redes e mídias sociais: Luan Pablo Romero de Souza

Nº 1135 - 29 de maio de 2019

Data-base: impasse financeiro ou político?

Decisão do governador em protelar o pagamento do direito dos servidores afeta o psicológico e a vida financeira de professores(as) e funcionários(as)

Em janeiro de 2016, da última vez que servidores(as) públicos do Paraná receberam o reajuste da data-base, era possível ir ao mercado com R\$ 880 e comprar produtos básicos de alimentação e higiene para uma família de cinco pessoas. Aqui, quando dito “básico”, leia-se algo como seis quilos de carne, sete litros de leite, três quilos de arroz, um punhado de sal, açúcar, café. Entre frutas e verduras, não mais que sete quilos de batata, nove quilos de tomate e algumas pencas de banana. Nada de luxo, de supérfluo, apenas o estritamente necessário.

Hoje, para fazer a mesma compra simples, o(a) trabalhador gasta, pelo menos, R\$ 118 a mais. “Poder investir em cultura, na nossa formação, em lazer já era difícil, agora ficou impossível. O salário agora é todo empregado em alimentação, saúde e moradia e, ainda, com várias restrições. Não me sinto valorizada em minha profissão e são diversos os motivos: o primeiro é sem dúvida a questão salarial”, comenta a professora da rede pública estadual, Luciana Mattos.

No Paraná, um professor(a) ingressa no Estado com um salário de R\$ 1415,78 para 20 horas de trabalho e não são raras as situações em que

essas horas de trabalho são distribuídas em até seis, sete escolas, em diferentes municípios e em dois ou três turnos. Essas aulas “picadas” inviabilizam que o(a) professor(a) tenha um outro emprego fixo para complementar a renda. Com os descontos, o salário real, no final do mês, fica em pouco acima de mil reais. Pouco mais que uma cesta básica.

Para os(as) funcionários(as), os menores salários do funcionalismo público do Estado, a humilhação institucional é ainda maior. “Até o ano passado tínhamos agentes educacionais nível I ganhando abaixo do salário mínimo regional. A partir do momento que essas funcionárias passam a se preocupar com a falta de condição de sobreviver, sendo esse um direito delas, é claro que isso reflete no trabalho na escola e com isso acaba diminuindo aquilo que é o grande mote do governo do estado: o IDEB. Para a gente uma boa escola não é um índice, mas um conjunto de fatores, incluindo profissionais bem, seguros, em paz e valorizados. Não há fazer pedagógico quando se há fome” alerta a secretária de Funcionários da APP-Sindicato, Nádia Brixner.

Dividindo o pão com o governo – Há mais de três anos sem a reposição da in-

flação, os(as) servidores(as) públicos do Paraná acumulam defasagem de 17%. Valor que representa contas apertadas e uma grande sensação de frustração. A professora Cristina Aparecida Gameiro Ferreira de Souza está aposentada há sete anos e tem sentido na pele a falta que a correção salarial tem feito.

Contribuindo diretamente para o sustento de sua família, a professora desabafa sobre como o dinheiro que está fazendo diferença no orçamento. “Os planos financeiros estão estagnados. Na vida familiar a gente toca com o básico no dia a dia, sem planejamentos fora do orçamento cotidiano. Não tem passeios, viagens, compras, nada. Vivemos com o básico, o mínimo necessário para sobrevivência da família”, relata.

Mesmo com todas as distorções que o governo faz para adiar ainda mais o pagamento de uma dívida que só aumenta, não é possível esconder um ponto crítico dessa questão: milhares de trabalhadores(as) e suas famílias são afetadas com a defasagem salarial. Quando se fala em negar o direito à lei e diminuir o poder de compra dos(as) educadores(as), é preciso destacar que a vida da comunidade escolar fica prejudicada. Sofrem os(as) trabalhadores(as),

sofrem os estudantes.

“Estamos vivendo um período em que ouvimos bonitos discursos sobre respeito, valorização e diálogo, mas em que efetivamente presenciemos cortes descarados dos nossos direitos. Questões como aumento da jornada de trabalho das pedagogas, a falta de uma proposta de formação continuada consistente e condizente com a necessidade dos educadores da escola pública, a pressão que sofremos na escola por meio da Prova Paraná que tem como objetivo somente o aumento dos índices uma vez que não se discute o que é educação de qualidade, a falta de estrutura física da escola e falta de assistência médica quando mais precisamos, por exemplo”, lamenta a professora Luciana.

A postura do governo em negar aos(as) servidores(as) e tirar a paz das casas e do ambiente escolar, não se dá por falta de cobrança. A APP-Sindicato tem feito dezenas de mobilizações e contestações aos dados que o governo apresenta sobre as finanças do Estado. Juntamente com o Fórum das Entidades Sindicais (FES), diversas reuniões já foram feitas e o governo não apresentou nenhuma proposta de pagamento da data-base.

A representante do FES e vice-presidenta da CNTE, professora Marlei Fernandes de Carvalho, explica que os(as) servidores(as) têm cobrado e apresentado números diferentes sobre as finanças do Estado.

“A comissão do Fórum teve acesso a dados e acesso sobre gastos do governo com folha de pagamento. Também fizemos as previsões de arrecadação, com base no que é divulgado pelo próprio governo, mas infelizmente a Secretaria da Fazenda insiste em afirmar que é uma receita muito baixa para o Estado. Temos tratado de uma maneira bastante dura com o governo, mostrando que é possível pagar a data-base deste ano (4,94%) e apresentamos 1% para outubro e mais 1% para dezembro, para começar a tratar da defasagem acumulada”.

A APP e os(as) educadores(as) já fizeram mobilizações, reuniões, greve, denunciaram e expuseram a situação do estado à sociedade. O governo permanece com mesas vazias de dados e deixa de cumprir com suas obrigações. Com a ausência de propostas para quitar a dívida com os(as) servidores(as), o governo desestabiliza as escolas e cria um impasse entre a categoria.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DAS/OS TRABALHADORAS/ES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IVATÉ

O Presidente do Núcleo Sindical de Umuarama da APP-SINDICATO, no uso de suas atribuições estatutárias, resolve convocar as/os trabalhadoras/es em Educação Pública da rede municipal de educação de Ivaté para participarem da Assembleia Municipal Extraordinária, a ser realizada no dia 31 de maio de 2019, às 17h (dezessete horas) em primeira convocação e às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos), em segunda convocação, na Escola Municipal Professor Walter Bergman, sito a Av. Minas Gerais, s/n°, no Município de Ivaté, a fim de deliberar acerca da seguinte pauta: 1)Informes; 2)Pagamento Piso Salarial Nacional 2019; 3)Pagamento de reposição, promoção e progressão; e 4)Greve Geral (14/06/2019).

Claudemir Miiller | Presidente do Núcleo Sindical de Umuarama

ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DAS/OS TRABALHADORAS/ES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

A Presidenta do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão da APP-SINDICATO, no uso de suas atribuições estatutárias, resolve convocar as/os trabalhadoras/es em Educação Pública da rede municipal de educação de Santo Antonio do Sudoeste para participarem da Assembleia Municipal Extraordinária, a ser realizada no dia 06 de junho de 2019, às 17h 30 (dezessete horas e trinta minutos) em primeira convocação e às 18h (dezoito horas), em segunda convocação, no Centro Integrado de Educação do Sudoeste do Paraná, sito a Rua Presidente Vargas, nº1196, Centro, no Município de Santo Antonio do Sudoeste/PR, a fim de deliberar acerca da seguinte pauta: 1)Greve Geral (14/06/2019)convocada por todas as Centrais Sindicais em defesa da Previdência Social e Aposentadoria com dignidade para todos e todas; 2)Negociações com o Executivo Municipal; 3)Informes; e 4) Outros Assuntos.

Eliane Figura | Presidenta do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão

